



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7084 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

A Educação do Campo e o protagonismo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Santaluz-Bahia

Nilmar dos Santos Silva - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Sem agência financiadora

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS EM SANTALUZ-BA

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante da pesquisa de dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica Inclusão e Diversidade (PPGECID) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado na cidade de Feira de Santana.

A pesquisa será realizada no município de Santaluz, localizado semiárido baiano, no âmbito da Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (AMMTRAFAS), sendo que esta organização social agrega diversas mulheres que têm como seu espaço de materialização da vida o campo, a partir de diversas comunidades rurais desta área munícipe.

A AMMTRAFAS tem se organizado com intuito de fomentar a autonomia das mulheres que estão inseridas no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (MMTR) e deste modo, viabilizar o desenvolvimento de importantes ações no âmbito da agricultura familiar e da economia solidária.

Assim, as colaboradoras envolvidas neste respectivo coletivo têm se articulado com importantes instituições no âmbito baiano e que atuam numa perspectiva territorial, como por exemplo, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB), instituições comunitárias como o Sindicato de Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (STRAF) e entre outras.

Diante disso, a pesquisa em andamento procura entender de que maneira se constroem os processos educativos emancipatórios no âmbito do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (MMTRAFAS) no município de Santa Luz e suas relações com a Educação do Campo, desta maneira contribuindo para emancipar, fortalecer e oportunizar autonomia a estas, conseqüentemente, transcendendo a prática de escolarização

tradicional existente.

Quanto ao objetivo geral pretende-se compreender como se dão os processos educativos emancipatórios no âmbito do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (MMTRAFAS) no município de Santa Luz e suas relações com a Educação do Campo. Para tal, buscaremos identificar as práticas educativas desenvolvidas pelo MMTRAFAS no município de Santa Luz; entender como estas manifestações formativas contribuem para a territorialidade do MMTRAFAS e perceber de que maneira os processos educativos materializados têm contribuído para a emancipação e a organização das mulheres rurais no âmbito do MMTRAFAS, e, por fim, potencializar os processos educativos relacionados a atuação do movimento de mulheres.

Metodologicamente esse estudo se trata de uma pesquisa-ação, uma modalidade de pesquisa-intervenção amplamente usada em investigações científicas com foco em processos educativos para além da sala de aula e na captação das experiências da educação popular e dos movimentos sociais do campo devido à capacidade de intervenção na realidade. Para tal, pretende-se aplicar as ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), entrevistas e oficinas de intervenção para construção coletiva do produto junto a integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar do município de Santaluz.

Com relação às categorias de análise, debateremos a partir da Educação do Campo, especialmente, da perspectiva da educação em espaços não escolares, da Educação Popular, de modo que vai se utilizar como aportes autores que têm construído uma ampla discussão neste âmbito teórico, como por exemplo, Roseli Salete Caldart, Miguel Arroyo, Monica Molina e Paulo Feire.

Outra categoria de análise refere-se ao MMTR, de modo que se potencialize discussões de gênero articulado aos movimentos sociais na perspectiva de classe e do trabalho trazendo como autores e autoras Inês Paulino, Heleith Saffioti, Cecília Toledo e Ângela Davis que discutem sobre emancipação e entre outros.

Por fim, como último elemento analítico, trata-se da Territorialidade, trazendo as contribuições de Bernardo Mançano Fernandes, Milton Santos e entre outros

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTO DE MULHERES E CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS AUTÔNOMOS

Apesar do conceito de Educação do Campo ser uma proposição relativamente nova, das últimas décadas do século XX, historicamente, ele representa um território em disputa que tem sido travado por diversos agentes produtores do território, sendo eles hegemônicos ou não. Diante disso, refletir teoricamente sobre os processos formativos dos sujeitos do campo remete-se a salientar as ações contraditórias que se materializam no campo, no Brasil.

O conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para nós, o debate conceitual é importante à medida que nos ajuda a ter mais claro quais são os embates e quais os desafios práticos que temos pela frente. [...]. (CALDART, 2008, p. 69)

Conforme aponta Caldart (2009), a Educação do Campo é dotada de uma gênese e de uma historicidade específica, logo, não pode ser compreendida a partir de perspectivas essencialistas, ou ser pensada mediante pressupostos de teorização correlacionados aos saberes pedagógicos tradicionais, pois ela surge das intencionalidades das populações camponesas em prol da luta por uma proposta formativa que transcenda os processos de

escolarização formal. Afinal, ela está atrela as contradições e ao acirramento das lutas da classe trabalhadora do campo pela manutenção e conquistas de seus direitos, entre eles o conhecimento como parte das estratégias de resistência na terra (MOLINA, 2014).

No contexto da discussão da materialidade da Educação do Campo, torna-se relevante compreender, conceitualmente, sobre campo e território, pois são elementos cruciais para o entendimento da temática discutida.

De acordo com Fernandes (2005), as concepções de espaço geográfico e território estão imbricados com a de campo, desta forma, o entendimento que se tem de rural nesta conjuntura perpassa por entendê-lo mediante uma concepção territorial ou setorial, assim, neste último fazendo-se uma articulação com a perspectiva econômica. Diante disso, a interpretação que se faz de território neste contexto ganha amplitude, em contrapartida da significância pautada na setorialidade econômica que vê o espaço rural meramente pelo prisma produtivo.

Para Fernandes (2005) a abordagem territorial do campo se dá mediante a compreensão que este se configura como lócus de produção de vivências e faz parte do contexto socioespacial, onde a vida se produz e se anima. Portanto, pensar o campo como territorialidade e espaço de vivências dos sujeitos das comunidades rurais possibilita reflexões mais significativas em comparação com a percepção como lócus produtivo.

Nesse sentido, a Educação do Campo precisa emergir da territorialidade dos sujeitos e ter na Educação Popular uma das formas de materializar a realidade do mundo do trabalho, sobretudo quando se trata do movimento de mulheres rurais. Visto que nesse caso, a educação popular precisa ser um processo contínuo e sistemático, que implica momentos de reflexão e estudo sobre a prática do grupo ou da organização; a confrontação da prática sistematizada é uma teoria a partir da prática e não a teoria sobre a prática (NUÑEZ, 2014).

Para tanto, a compreensão da realidade e do chão da vida são fundamentais para entender os processos de opressão e emancipação possíveis. Para Freire (2014), isso “não se faz com um esforço estritamente intelectualista, mas na indivisibilidade da reflexão e da ação da práxis humana” (FREIRE, p. 62, 2014). Diante disso, partimos do pressuposto de que os trabalhadores e trabalhadoras precisam exercer seu papel social de construtores de suas próprias histórias imersas nas lutas e tensões, e para isso, a educação popular e do campo podem ser as bases que emergem da práxis.

A partir destas contribuições torna-se perceptível como a construção de uma proposta de Educação do Campo tem possibilitado diversas contribuições importantes, principalmente, mediante a organização dos movimentos sociais e das consequências que resultaram dos engajamentos políticos e das pressões emergem no bojo na luta de classes políticas públicas que minimamente pautassem pelas demandas formativas dos povos do campo.

2.1 DIALOGANDO SOBRE O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHORAS RURAIS

Sotili e Bernart (2015) afirmam que no contexto brasileiro a organização de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais tem sido de extrema valia no processo de construção da proposição de uma proposta educativa que agregue as lutas, principalmente das demandas sociais do movimento camponês e popular que se entrelaçam com as prioridades educativas de mulheres e homens do campo.

Araújo (2019) destaca que trazer as questões de gênero para discussão sobre a abordagem territorial e, conseqüentemente, para o debate de campo remete-nos a entender

como e de que maneira os indivíduos, sejam eles homens ou mulheres e, têm se inserido no contexto rural, inclusive de forma subalternizada, mediante a construção de relações de dependência entre os gêneros e na conjuntura familiar e, em contrapartida, ocupando espaços laborais precários e que desvalorizam o seu fazer produtivo e o convívio entre ambos os sexos e os grupos societários.

Em se tratando da trabalhadora rural, Toledo (2008) aponta que desde os anos 1970 e 1980, as mulheres têm lutado por representatividade no campo, principalmente por seu papel na produção agrícola no contexto brasileiro e quiçá latino-americano, porém, este fator não dá conta da precarização histórica de trabalho delas no campo, visto que a exploração da mão de obra e as condições laborais da periferia do sistema capitalista têm só avançado junto do liberalismo econômico e do avanço do agronegócio, além de serem vítimas do machismo, sexismo e misoginia nas relações de gênero no campo.

Para Paulino (2016) a exclusão das mulheres de várias formas de direito vem de longa data. A autora nos recorda como o acesso das mulheres a terra é menor que o dos homens no mundo todo e que mesmo nos países latino-americanos que passaram com algum tipo de reforma agrária as mulheres foram excluídas por razões legais, ideológicas, estruturais, institucionais ou culturais, o que não foi muito diferente quanto ao direito à herança.

Porém, a luta dos movimentos de mulheres agricultoras sempre teve a categoria “trabalho” como central em sua pauta, exatamente, por entenderem que a busca pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais jamais poderia se descolar de diversas outras pautas basilares para isso, como o acesso a terra.

Para Arroyo e Fernandes (1999) não coexistem no cenário camponês somente elementos que animam a matriz social rural, mas também coletivos populares que além de terem um engajamento sociopolítico, em contrapartida, assumem também uma finalidade pedagógica. Diante disso, tem se construído uma ação renovadora da educação articulada pelas mobilizações populares, como também, por ações governamentais, portanto, tem se constituído uma prática que tem buscado renovar as propostas educacionais em território nacional.

[...] não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico. Procuro estar atento por onde é que neste país está acontecendo a renovação educativa e observo que está acontecendo nos movimentos sociais e nos governos populares. Há uma série de experiências inovadoras coladas às raízes populares, ao movimento da renovação pedagógica, na cidade, nos municípios e também no campo (ARROYO & FERNANDES, 1999 p. 14)

No cenário das discussões de emancipação não se pode esquecer os mecanismos de fortalecimento e autonomia que têm sido construídos pelas mulheres do campo, através da construção de estratégias que deem conta da produção e reprodução da vida, do processo de formação e da geração de renda e trabalho. Sem perder de vista a luta por políticas públicas que possam proporcionar esses mecanismos. Desta forma, os movimentos ligados a Agroecologia e a agricultura familiar tem contribuído para esse fortalecimento e emancipação.

Maronhas (2014) discute que os saberes agroecológicos e suas ações podem contribuir para o fortalecimento das mulheres do campo, visto que os lugares que elas ocupam e a sua realidade de existência viabilizaram com que elas construam diversos saberes, de modo a ressignificarem sua realidade, através da articularem as práticas de transição agroecológicas.

Portanto, estas são algumas questões relevantes que apontam como a organização social das mulheres do campo em suas diversas realidades tem sido importante para a atuação

sociopolítica delas em seus territórios materiais e imateriais.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

É importante ressaltar que a pesquisa ainda encontra-se em estágio inicial e devido à suspensão do semestre letivo da pós-graduação e a impossibilidade do ingresso no campo de estudo durante a pandemia, a fase da investigação do trabalho de campo mais sistemático ainda não foi feita, mas alguns resultados preliminares podem ser compartilhados.

A partir da pesquisa exploratória inicial, foi observado que as mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar do município de Santaluz se articulam a partir de um movimento associativista, se organizam em grupos de produção e práticas relacionadas à Agroecologia e tem a Educação do Campo e a Educação Popular como base de materialização de suas lutas, especialmente, por dentro do movimento de mulheres agricultoras.

O diálogo com as mulheres do MMTRAFAS ocorreu a partir de uma consulta ao movimento para construir o objeto de estudo e firmar uma parceria para pesquisa. Nessa ocasião, constatou-se que segundo falas das colaboradoras a frente desta organização social faz-se necessário estruturar melhor as atividades de formação que têm sido desenvolvidas e existe uma carência de equipamentos nos empreendimentos da agricultura familiar implementados por elas.

Assim, a ação interventiva consistirá no desenvolvimento de práticas pautadas na Educação do Campo e Educação Popular que venham a contribuir para o fortalecimento e sistematização das ações do grupo de mulheres no âmbito do MMTR articulado a AMMTRAFAS. Salientamos que como critério de escolha inicial só participarão dessa pesquisa as colaboradoras atuantes no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (MMTRAFAS) do município de Santaluz-BA com idade igual ou acima de 18 anos e serão excluídas todas as participantes com idade abaixo desta faixa etária.

Pretendemos que essa pesquisa-ação contribua para o processo formativo das colaboradoras da pesquisa, consequentemente, potencializando o protagonismo delas, a emancipação e autoafirmação das suas trajetórias de vida.

CONCLUSÃO

Construiremos um caminho metodológico a partir de ferramentas que levem em conta o trabalho colaborativo, pois, tanto o pesquisador como participantes são preponderantes neste processo, pautando-se pela construção de práticas de pesquisa que tenham polidez, respeito e consideração da dignidade humana das colaboradoras envolvidas, como também, com as ações implementadas durante o desenvolvimento da produção acadêmica em questão. E garantido sejam construídas a partir do diálogo, desta maneira possibilitando a construção ações decisórias a partir da coletividade.

Portanto, diante dessas ações iniciais pressupomos que a Educação do Campo e a Educação Popular são essenciais para a produção da existência das colaboradoras da pesquisa e a partir dos resultados pretendemos construir um plano de ação que fortaleça a estruturação e organização das ações junto ao movimento social em prol da construção de parceiras e coletividades que fomentem o fortalecimento das mulheres trabalhadoras do campo e dos processos educativos emancipatórios.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. M. O. **Pedagogia do Movimento Sem Terra e Relações de Gênero.** – 1ª ed.

Marília-SP: Lutas Anticapital. 2019.

ARROYO, M. G. e FERNANDES, B. M.. **A educação básica e o movimento social do campo.**– Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

BERNARDINO. C., J. ; GROSGOUEL., R. **Decolonialidade e perspectiva negra.** Soc. estado., Brasília , v. 31, n. 1, p. 15-24, Apr. 2016. Disponível em . Acesso em 25 Ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>

CALDART, R. S. Sobre a Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (et al.). **Por uma Educação do Campo: projeto popular e escolas do campo.** Coleção Por uma Educação do Campo. INCRA/MDA. Brasília, 2008.

_____. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** *Trab. educ. saúde* [online]. 2009, vol.7, n.1, pp.35-64. ISSN 1981-7746. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1981-77462009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso 25 Ago 2020.

FERNANDES, B. M. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil.** In: SANTOS, C. A. (et al.). **Por uma Educação do Campo: projeto popular e escolas do campo.** Coleção Por uma Educação do Campo. INCRA/MDA. Brasília, 2008.

_____. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Coordenação Geral de Educação do Campo (MEC). Brasília-DF, 2005.

FERREIRA, A. P. L. **A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso.** In: VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino Americano de Agroecologia. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino Americano de Agroecologia.** Curitiba – PR, 2009. Disponível em <http://www.diadecampo.com.br/arquivos/materias/%7B6AD4D83B-5684-4846-BC93-7FC1CAD65FAB%7D_2468.pdf> Acesso 25 Ago 2020.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MARONHAS, M. (et al.). **Agroecologia, trabalho e mulheres: um olhar a partir da Economia Feminista.** In: 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (18º REDOR). **Anais do 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (18º REDOR).** Recife-PE: UFRPE, 2014. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1955/877>> Acesso 25 Ago. 2020.

MOLINA, M. C. **Análises de Práticas contra hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de licenciatura em Educação do Campo.** In: **O Método dialético na pesquisa em Educação.** Orgs. CUNHA, Célio; SOUSA, José Vieira; SILVA, Maria Abádia da Silva. Campinas, SP: Autores Associados/Brasília, DF: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Brasília, UnB, 2014.

NUÑEZ, C. **Educar para transformar, transformar para educar.** In: Que és la educacion

popular? Comp. ALEJANDRO, Martha; ROMERO, Isabel Maria; VIDAL, José Ramón. La Habana: Editora Caminos, 2008.

PAULINO, M. I. **Trabalho familiar**: uma categoria de análise. In: PAULINO, M.I. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2 ed. – São Paulo: Sundermann, 2008.

SOTILI, M. R. P. & BERNARTT, M. L. **Educação do Campo e Movimentos Sociais**: experiências de uma educadora em uma escola de comunidade rural. In: XII Congresso Nacional de Educação. **Anais do XII Congresso Nacional de Educação**. Curitiba-PR: PUC, 2015. Disponível em < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19237_11183.pdf> Acesso 25 Ago. 2020.

